ATA DA 72ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 13 de agosto de 2012

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

1 Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e doze, às nove
2 horas e trinta minutos, na sala dos Órgãos Colegiados do
3 Ministério Público do Estado do Ceará, na sede da Procuradoria
4 Geral de Justiça, reuniram-se para a 72ª Reunião Ordinária do
5 Conselho Estadual Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
6 - CEG/FDID, sob a Presidência do **Dr. Marley Cabral Coutinho**,
7 Vice-Presidente do CEG/FDID, representando a Procuradoria Geral
8 do Estado - **PGE**, as Conselheiras e Conselheiros adiante
9 indicados: **Dr. Felipe Gomes Cavalcante**, representando o Conselho
10 de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - **CONPAM**; **Dra. Stela**
11 **Silvia Ponte Soares**, representando a Secretaria da Ciência,
12 Tecnologia e Ensino Superior - **SECITECE**; **Dra. Rimena Alves**
13 **Praciano**, representando a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará
14 - **SESA**; **Dr. Raimundo Batista de Oliveira**, representando a 1ª
15 Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Planejamento Urbano -
16 **PJMA**; **Dra. Vanja Fontenele Pontes**, representando o Centro de
17 Apoio Operacional da Proteção à Ecologia, Meio Ambiente,
18 Paisagismo, Patrimônio Histórico e Cultural - **CAOMACE**; **Dr.**
19 **Antônio Carlos Azevedo Costa**, representando o Programa Estadual
20 de Proteção e Defesa do Consumidor - **DECON**; **Dra. Diana da Cunha**
21 **Moura**, representando a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará
22 - **SEFAZ**; **Dra. Karine Jucá Moreira**, representando a Secretaria do
23 Turismo do Estado do Ceará - **SETUR** e **Dra. Maria Leinad**
24 **Vasconcelos Carbogim**, representando a Fundação Brasil Cidadão
25 para Educação, Cultura e Tecnologia - **FBC**. Justificou ausência:
26 o representante da Procuradoria Geral de Justiça e o
27 representante da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - **AL**.
28 Faltou: o representante da Secretaria da Cultura do Estado do
29 Ceará - **SECULT**. Sem representação: 02 (duas) ONG's. **Dr. Marley**
30 **Cabral Coutinho** - Meu nome é Marley, por conta da ausência do Dr.
31 Germano vou presidir a sessão. Bom dia a todos, vamos dar início
32 a 72ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual Gestor do Fundo de
33 Defesa dos Direitos Difusos. Aberta a sessão passou-se a
34 verificação do quorum. Estão presentes: Dr. Felipe Gomes
35 Cavalcante, representante do CONPAM, Dra. Rimena Alves Praciano,
36 representante da Secretaria da Saúde, Dr. Raimundo Batista de
37 Oliveira, representante da Promotoria de Justiça e Meio
38 Ambiente, Dra. Vanja Fontenele Pontes, representante do CAOMACE,
39 Dr. Antônio Carlos Azevedo Costa, representante do DECON, Dra.
40 Diana da Cunha Moura, representante da SEFAZ, Dra. Karine Jucá
41 Moreira, representante da SETUR, Dra. Maria Leinad Vasconcelos
42 Carbogim, representante da Fundação Brasil Cidadão. Iniciando os
43 outros tópicos vamos passar para a deliberação sobre a Ata da
44 21ª Reunião Extraordinária do CEG/FDID. Algum Conselheiro tem
45 alguma ressalva? Posso dar por aprovada, então? Então deliberou-
46 se pela aprovação da Ata da 21ª Reunião Extraordinária. Passando
47 ao Segundo Ponto - Apresentação do demonstrativo dos valores
48 recolhidos ao FDID referente ao mês de julho de 2012. À

ATA DA 72ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 13 de agosto de 2012

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

49 Secretária para a leitura do relatório. **Maria Ivonete Batista**
50 **Albuquerque** - Bom dia a todos e a todas. O demonstrativo
51 financeiro do mês de julho do exercício de 2012. Saldo do
52 exercício anterior de R\$ 3.736.525,32 (três milhões, setecentos e
53 trinta e seis mil, quinhentos e vinte e cinco reais e trinta e
54 dois centavos). Depósitos de R\$ 223.202,26 (duzentos e vinte e
55 três mil, duzentos e dois reais e vinte e seis centavos).
56 Rendimentos de R\$ 22.489,09 (vinte e dois mil, quatrocentos e
57 oitenta e nove reais e nove centavos). Total de Créditos, R\$
58 245.691,35 (duzentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e noventa
59 e um reais e trinta e cinco centavos). Total de Débitos R\$
60 98.094,00 (noventa e oito mil e noventa e quatro centavos).
61 Despesas Efetuadas no período R\$ 98.094,00 (noventa e oito mil,
62 noventa e quatro reais). Despesas do projeto da Procuradoria
63 Geral de Justiça do ano de 2011. Saldo Anterior mais Créditos,
64 R\$ 3.982.216,67 (três milhões, novecentos e oitenta e dois mil,
65 duzentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos). O Total
66 de R\$ 3.884.122,67 (três milhões, oitocentos e oitenta e quatro
67 mil, cento e vinte e dois reais e sessenta e sete centavos). **Dr.**
68 **Marley Cabral Coutinho** - Algum Conselheiro tem alguma ressalva?
69 Podemos passar ao Tópico Três? Tópico três - Projeto "De Olho na
70 Biodiversidade" - resultado das diligências. Está sob a
71 relatoria do Dr. Felipe, é isso? **Dr. Felipe Gomes Cavalcante** -
72 Gostaria de cumprimentar o Conselho e discorrer um pouco das
73 diligências que foram enviadas para a Fundação Brasil Cidadão.
74 Em contato com a Ivonete e sua assessoria nós verificamos
75 algumas incorreções nas diligências que haviam sido enviadas
76 inicialmente para a Fundação. Entramos em contato com a Fundação
77 na pessoa da Leinad e da Sandra e até o presente momento não
78 chegou ao meu conhecimento as diligências que foram solicitadas.
79 Eu consulto o Conselho então, para saber sobre a prorrogação de
80 um novo prazo para essas diligências ou se essa avaliação vai
81 ficar limitada ao dia de hoje? **Dr. Marley Cabral Coutinho** - Fica
82 aberta a sugestão ao Conselho para discussão. **Dra. Vanja**
83 **Fontenele Pontes** - Senhores Conselheiros, bom dia, Senhor
84 Presidente, Senhor Relator. Eu verifiquei aqui que as atecnias
85 que foram consideradas assim, atecnias apontadas na nota técnica
86 elas se referem a primeira a não ter sido descrita a carga
87 horária do corpo docente. Eu tenho a impressão que isso é uma
88 coisa simples de fazer, não é? E aí a gente cabe indagar a
89 entidade o porquê disso não ter sido colocado. **Dra. Rimena Alves**
90 **Praciano** - Com licença. Só uma parte. Eu estava de férias em
91 julho, mas tive o cuidado de ler, e você falou agora da carga
92 horária e eu vi outros itens também. Não só em relação a carga
93 horária. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Pois é. Eu fico bastante
94 preocupada. Qual é o motivo da minha preocupação e de solução
95 para esse caso? Por quê? Nós somos um país e um estado carente
96 de iniciativas como essa para formação do povo em geral. Porque

97 nós temos uma juventude aí que está esperando ingressar... Vamos
98 usar esse jargão: nas atividades do bem ou nas atividades do
99 mal, não é? Esses valores, esses recursos do FDID eles podem
100 servir de contribuição mínima que seja, mas eles podem servir de
101 contribuição para uma parcela específica da população de ter a
102 chance mínima que seja de escolher o caminho no jargão, do
103 caminho do bem, não é? Então, quando eu vejo se desperdiçar uma
104 oportunidade dessa, eu fico bastante preocupada, mas por outro
105 lado, eu tenho que ter a preocupação com a questão da obediência
106 a essas regras que parecem ser rígidas demais, mas que nesse
107 momento, no momento particular desse país, elas são necessárias.
108 Por quê? Porque infelizmente as pessoas não estão acostumadas a
109 lidar com o dinheiro público de maneira mais adequada. E eu não
110 quero aqui dizer e nem colocar nenhuma suspeita sobre nenhuma
111 entidade, muito menos a entidade Brasil Cidadão, porque eu
112 conheço a diretoria da entidade e sei que tem serviços
113 prestados, são pessoas da maior honorabilidade. Então, não há
114 nenhuma suspeita em relação a isso. Mas nós não podemos ter uma
115 posição em relação a uma e diferenciar por causa da pessoalidade
116 outras. Então nós temos que ter o mesmo rigor técnico para com
117 todas. Por isso, é que eu acho que seria importante que nós
118 ouvíssemos nesse momento a representante que é nossa
119 companheira, para falar sobre isso. Porque me preocupa demais as
120 duas coisas: me preocupa a questão do zelo, do cuidado com o
121 dinheiro porque esse dinheiro é dinheiro público, esse dinheiro
122 do Fundo é dinheiro público que nós temos que dar o tratamento a
123 ele, mas me preocupo demais com a perda da oportunidade. **Dra.**
124 **Rimena Alves Praciano** - Aproveitando, eu achei muito
125 interessante a colocação da Senhora aí sobre a questão do bem e
126 do mal. Sobre isso eu acredito que é uma decisão bem individual,
127 não é? O que o poder público pode fazer em termos de
128 coletividade, da expectativa de futuro, de trabalho, de cultura,
129 mas essa questão de bem e mal é bem individual Doutora. **Dra.**
130 **Vanja Fontenele Pontes** - eu até fiz a ressalva de que é um
131 jargão, não é? Mas eu lido todos os dias com inúmeros processos
132 criminais. Eu recebo diariamente uma carga de no mínimo cinco
133 habeas corpus por dia, e é impressionante a participação de
134 jovens nessas atividades. E aí eu vejo que existe... Nós estamos
135 falando de um assunto que não tem nada a ver conosco aqui. Só
136 para dar explicação: é impressionante o envolvimento da
137 juventude. Se a gente for para as Promotorias... E eu estou
138 falando da minha casa, do meu ciclo porque é esse que eu
139 conheço. Se nós formos para as Promotorias da Infância e da
140 Juventude, nós vamos encontrar um grupo crescente de jovens
141 envolvidos com essa criminalidade. E eu tenho pelo menos a
142 esperança de que atividades como essas que são desenvolvidas
143 como essa que nós aqui deferimos algumas delas, quando não são
144 para equipamentos porque aqui até agora só foram deferidos para

145 aquisição de equipamentos, e foram apresentados aqui projetos
146 valiosos com relação ao desenvolvimento humano. Então eu
147 gostaria de dar uma contribuição maior para essa questão do
148 desenvolvimento humano, principalmente para a juventude, porque
149 eu considero, infelizmente, que existem pelo menos duas gerações
150 perdidas, e para essas somente a repressão. Existe uma outra que
151 está na porta, é essa daí, é essa que está na porta, e ela está
152 pronta para o bem ou para o mal dependendo do que aconteça na
153 vida delas. **Dra. Diana da Cunha Moura** - Reforçando o
154 posicionamento da Dra. Vanja, eu gostaria muito de ouvir a
155 representante da Fundação e, principalmente, sobre pontos que
156 foram levantados na nota técnica 2 de que o Conselho não tinha
157 conhecimento. Quando nós aprovamos com ressalva, nós não
158 tínhamos conhecimento que se tratava de obra, despesa que não
159 pode ser financiada, e que as pessoas que fizeram a nota técnica
160 solicitaram uma consulta informal da 9ª Inspeção do Tribunal
161 de Contas do Estado do Ceará e ela disse que não poderia. Então,
162 nós precisamos... Eu acho na minha visão que ponto-a-ponto ser
163 discutido. **Dr. Felipe Gomes Cavalcante** - É indiscutível a
164 adequação formal do plano de trabalho da Fundação, isso é
165 indiscutível segundo a minha opinião, mas após a belíssima
166 exposição da Dra. Vanja eu gostaria de reforçar que se for
167 possível a gente dar oportunidade a esse belíssimo projeto para
168 que possa entrar em execução dentro da nossa realidade de hoje
169 em dia atendendo o objetivo maior desse Fundo que são os
170 direitos difusos, a possibilidade de estar em contato com a
171 educação de crianças e o desenvolvimento do município. Eu
172 gostaria de reforçar o pedido, se possível for, da apresentação
173 dessa adequação ao formato do procedimento das regras do FDID.
174 **Dra. Maria Leinad Carbogim Vasconcelos** - Bom, o que eu vou dizer
175 é o meu entendimento. Eu não estou fazendo afirmações para que
176 depois não seja mal entendida e colocada palavras na minha boca
177 e mal entendido. Então eu vou dizer o meu entendimento da coisa:
178 eu acho que a gente tem uma trajetória de aprendizado e a Diana
179 prometeu ensinar. Quem sabe a gente possa aprender mais e fazer
180 projeto. Fazer projetos mais qualificados, digamos assim. Embora
181 na minha trajetória de funcionária pública, longos tempos, sou
182 aposentada do Estado e da UNICEF, de dez anos, eu tenha
183 circulado muito por projetos e tenha aprendido a fazer projetos,
184 mas talvez não neste modelo. E aí ainda coloco que a estranheza
185 que me causou mais foi o tempo do... A gente entregou o projeto
186 em abril, que foi para você não sei que dia, mas não veio, e que
187 os retornos são muito pequenos, não é? Isso... A estranheza do
188 tempo porque a gente tem agenda, a gente tem compromisso,
189 trabalho constante. Então eu quero dizer também que a gente tem
190 uma forma de trabalhar diferente, que é extremamente
191 participativa e democrática. Tem uma relação muito forte com a
192 história da pedagogia de cada projeto, o resultado dele e a

193 sustentabilidade, que eu nem vi nos outros projetos que eu li
194 aqui, dois dele do CONPAM. A sustentabilidade é extremamente...
195 É o meu entendimento como... Entendam bem: eu não estou fazendo
196 nenhuma crítica a ninguém. Eu estou dizendo do meu entendimento
197 quando fui ver sustentabilidade, resultado. Então, por exemplo,
198 se eu tivesse feito um projeto de eventos somente, com certeza
199 eu teria sido qualificada, mas não é esse o nosso modo de
200 trabalhar. Então aí é uma coisa que eu ainda preciso entender, e
201 isso não tem pressa, a Fundação retira o projeto. Eu já fiz
202 projeto para os Direitos Difusos de Brasília, foi aprovado.
203 Então eu me considero incompetente para elaborar essa proposta e
204 em algumas coisas eu não concordo, está entendendo? Eu não
205 concordo. Regras, nem sempre essas regras tão rígidas como a
206 Dra. Vanja tão bem fala, e eu tenho certeza que é de coração e
207 ela tem uma grande compreensão disso, generosidade com o olhar
208 da humanidade, que eu acho que nós não somos só regras e nem
209 leis. Eu acho que aqui muita coisa deveria ser inclusive
210 revista, porque os projetos que são aprovados são para
211 equipamento. Até quando equipamento que equipa CONPAM, o próprio
212 Ministério Público é sustentabilidade, é pedagógico, leva alguma
213 coisa? Isso é dinheiro público sim, e dinheiro público não é só
214 para os serviços públicos é para as ongs também. Não estou
215 reclamando. Estou retirando porque a nossa maneira de trabalhar
216 deveria passar de novo pela comunidade e descaracteriza
217 profundamente os projetos as colocações que vocês fizeram e a
218 gente não pode fazer um projeto assim de repente, assim... A
219 gente não faz projeto para atender ao financiador, mas sim para
220 atender a comunidade. Eu acho que essas reflexões podiam ser
221 feitas para que vocês pudessem pensar inclusive na reformulação
222 de regras. Regras são feitas por alguém. Essa aqui foi feita só
223 para ONG, para o governo. Só foi dado um olhar governamental
224 muito forte, mas nunca teve participação não governamental aqui.
225 Então, eu não estou fazendo nenhuma crítica, mas eu estou
226 dizendo o meu entendimento da coisa. E aí eu fico com a
227 reflexão. E aí eu estou querendo aprender. A Diana prometeu que
228 vai me capacitar e eu vou no próximo ano aprender, não é? E
229 querendo também que vocês reflitam com relação a questão da
230 sustentabilidade, da pedagogia dos projetos. E se os projetos
231 não forem servir para a humanidade, para melhorar a sociedade
232 humana, um projeto de nação que force o cidadão, que construa o
233 cidadão ele não tem nenhuma razão de ser. E eu até queria me
234 abster ,de muitos comentários porque eu frente a vocês que são
235 habilidosíssimas no discurso, se preparam para isso, eu vou
236 perder feio. Então retiro o projeto, tenho os meus
237 entendimentos, mas quero me abster de outros comentários. **Dra.**
238 **Vanja Fontenele Pontes** - Eu gostaria de insistir... Infelizmente
239 a gente aprendeu na Faculdade de Direito que existem vários
240 juristas, que existem duas possibilidades do agente público se

241 posicionar: ou ele se posiciona vinculado à lei ou se posiciona
242 pela discricionariedade. O agente público ele não é como o
243 cidadão comum. O cidadão comum ele pode fazer aquilo que a lei
244 não o proíbe, mas o agente público só pode fazer aquilo que a
245 lei o autoriza. Infelizmente Leinad, esse Conselho, esse FDID
246 ele está composto na sua maioria de juristas e de servidores
247 públicos, não é? Então não há como, pelo menos eu não consigo
248 enxergar como eu possa ceder... Isso que você falou me toca
249 profundamente e me maltrata na medida em que eu vejo que o seu
250 projeto ele é para atender ao desenvolvimento humano. E acho que
251 você tem toda razão quando diz que quando você defere
252 equipamentos você instrumentaliza o poder público para agir da
253 forma correta, mas nem sempre essa instrumentalização vai
254 atender ao desenvolvimento humano. No caso do DECON, por
255 exemplo, vai atender porque vai formar cidadania em relação à
256 educação do consumidor. No caso a instrumentalização, os
257 equipamentos que vão para o DECON vão atingir esse objetivo. Os
258 outros eu não sei. No CONPAM, eu acho que sim. Com certeza vai
259 atender a sustentabilidade porque também vai dar instrumentos ao
260 CONPAM que faz política de meio ambiente para a questão da
261 cidadania. Mas eu ficaria muito mais feliz e muito mais
262 satisfeita com o desempenho do FDID se nós pudéssemos nos
263 desvincular do texto legal e dizer: olha, vamos deferir porque
264 confiamos na administração das ongs. Seria excelente! E eu tenho
265 certeza que se a lei não me vinculasse a isso, eu daria o meu
266 voto de maneira até cega para a Fundação Brasil Cidadão porque
267 eu conheço os administradores. Não os conheço de convivência
268 pessoal, mas conheço de respeitabilidade, porque são figuras que
269 já participaram de muitos outros projetos e já deram muita
270 contribuição. Infelizmente eu aprendi, estudei direito, sentei
271 na faculdade e aprendi que eu tenho que fazer isto. Por quê?
272 Porque do mesmo jeito que a Fundação Brasil cidadão vem aqui e
273 pleiteia aqui com toda a honorabilidade dela, existem outras
274 ongs que vêm e que não têm o mesmo respeito. Então nós não
275 podemos... E aí é outro princípio do Direito Constitucional, não
276 é? Nós não podemos dar tratamento investido da pessoalidade. Nós
277 temos que dar tratamento a todos do mesmo jeito. E aí eu
278 insisto, eu insisto, exatamente compreendendo a importância do
279 conteúdo do projeto, eu insisto que a Fundação não retire. Ela,
280 o relator está dando a oportunidade de se fazer isso, porque se
281 eu não me engano... De fazer essa correção porque se trata de
282 atecnia. Não é um problema de irregularidade e de nada que
283 fulmine o projeto como aconteceu nos outros. É apenas uma
284 correção. Por que não descrever a carga horária e o nome do
285 corpo docente, nesse caso? Ele está dizendo isso. **Dra. Maria**
286 **Leinad Vasconcelos Carbogim** - Ele deu dois dias. **Dra. Vanja**
287 **Fontenele Pontes** - No outro caso aqui: dentro do detalhamento
288 das despesas correntes, as despesas dispostas no item

289 representam material de consumo. Quer dizer: são coisas que não
290 vão trazer... São coisas que não vão desfigurar o projeto, não
291 é? O CONPAM não está entrando aqui na discussão do projeto em
292 si, apenas algumas questões que precisam ser adequadas. Então,
293 quando você diz que vai retirar o projeto, a Fundação retira o
294 projeto, eu faço o apelo: não retire! Faça essa correção. **Dra.**
295 **Maria Leinad Vasconcelos Carbogim** - Eu compreendo que vocês
296 estão amarrados por uma lei que vocês mesmo criaram. Vocês
297 governamentais, porque eu já fui governamental e sei disso.
298 Então, a lei foi feita mais para proteger as governamentais e eu
299 não sei se isso é tão legal, ou se é correto ou se é justo. Mas
300 foi o olhar de vocês, eu compreendo porque é a formação que
301 vocês tiveram. Eu não concordo. Responder a suas... As suas, não
302 é? As de vocês aqui, porque a sua primeira foi uma, e não
303 respondeu. Então, passando por aqui... Aquelas que são mais
304 habilidosas já sabem onde é que, não é? Então eu acho que a lei
305 é muito, digamos assim, estática, antiga e leis são feitas por
306 pessoas humanas, e eu faço um apelo é no sentido de futuro. Não
307 é para amanhã, não é para mim, não é para me apoiar com um
308 projeto não, porque a gente sempre consegue um apoiador, outro,
309 mas que responda nossa necessidade, não a de vocês. Mais é hora
310 de vocês de pensarem e refletir na reformulação dessas leis. Eu
311 acho que fica... Eu quero que fique gravado inclusive este meu
312 apelo. É muito obsoleta, é muito rigorosa com as ongs e menos
313 rigorosa com as governamentais, não é? Favorece muito mais. Eu
314 compreendo porque foi feita por governamentais, não é? Quer
315 dizer, eu não tenho pressa também. Eu tenho muita vida pela
316 frente apesar de ter 68 anos eu acho que vou durar muito e vou
317 perturbar bastante. Eu acho que refazer isso aqui descaracteriza
318 o projeto. Eu faço um projeto de sustentabilidade, de
319 continuidade que vocês não pagam. Eu faço projeto que alguém diz
320 aí... O CONPAM diz nos objetivos do projeto dele que vai
321 garantir a qualidade da água, vai garantir não sei o que lá...
322 Duvido que esse projeto garanta. É o meu entendimento. Evento é
323 evento. Evento passa. Um trabalho de sustentabilidade tem que
324 ser local, trabalhar com capital social, formar capital social
325 humano na localidade. Esse então... Quando o financiador não se
326 adéqua a isso, eu é que tenho que cair fora. E eu não ponho
327 culpa aqui em ninguém, e eu compreendo e agradeço a generosidade
328 da Dra. Vanja pelo esforço, mas eu acho que não se adequaria.
329 Era muito esforço para eu ficar depois com uma ou duas propostas
330 aqui que não é o que se discutiu com a comunidade. Levei tempo
331 discutindo, e depois o Felipe me mandou e tinha dois dias livres
332 e eu estava em Icapuí... Meio absurdo. Eu não vou me propor a me
333 desgastar, eu acho que eu não tenho mais idade para ficar
334 infeliz, não é? Eu vou ficar feliz e dizer: tem um ano mais pela
335 frente e a gente vai quem sabe também isso fique na cabeça de
336 vocês no sentido de reconstruir com mais participação popular

337 essas regras, não é? Eu acho que é quase que impossível Doutora,
338 eu atender o seu apelo, mas eu não tenho pressa. No próximo ano
339 a gente quem sabe... Obrigada. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Com
340 licença. Só um minutinho. Esse ano eu não participei do
341 julgamento dos projetos, estava de férias... **Dra. Maria Leinad**
342 **Vasconcelos Carbogim** - Eu queria só concluir outra coisinha: é
343 renovar o convite de vocês fazer uma reunião lá como ficou
344 combinado, hein? Seria muito prazeroso para nós. **Dra. Rimena**
345 **Alves Praciano** - Eu sugiro a Senhora como tem acento no Conselho
346 e está aqui junto com a gente, que no próximo ano como a Senhora
347 mesmo fala, que além de consultar a Ivonete, existe aqui também,
348 eu penso que existe na PGJ um setor de prestação de contas. Na
349 hora que a Senhora tiver fazendo a composição dos custos do
350 orçamento, não custa nada consultar aqui o administrativo
351 financeiro que é onde, é o setor de prestação de contas... **Dra.**
352 **Maria Leinad Vasconcelos Carbogim** - É que não se adéqua aos meus
353 princípios. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Pelo que eu vi aqui é a
354 discrepância de valores, a questão das despesas que realmente
355 não são permitidas como gasolina, por exemplo... **Dra. Maria**
356 **Leinad Vasconcelos Carbogim** - Pois é, para fazer meu projeto as
357 despesas permitidas não dá. **Dra. Rimena Alves Praciano** - São
358 serviços eventuais, não é? Os pagamentos têm que ser feitos a
359 pessoas que você tem que caracterizar que estão prestando
360 serviço eventual na entidade. Isso aí é básico. **Dra. Maria**
361 **Leinad Vasconcelos Carbogim** - Então isso é um impedimento. Eu
362 agradeço a sua colaboração. **Dr. Felipe Comes Cavalcante** - Eu
363 gostaria só de finalizar este debate para expor a Leinad que o
364 objetivo do CONPAM e nenhum Conselheiro aqui foi contestar a
365 natureza nem da Fundação, nem do projeto. **Dra. Maria Leinad**
366 **Vasconcelos Carbogim** - Isso eu compreendi. **Dr. Felipe Gomes**
367 **Cavalcante** - Desde o início a gente viu com a maior relevância
368 os projetos desempenhados pela Fundação. Eu tive oportunidade de
369 conhecer outros através do material que vocês me enviaram. Agora
370 infelizmente como a Dra. Vanja bem expôs a gente tem que seguir
371 a normatização. E eu reforço analisando pelo princípio da
372 proporcionalidade se não seria possível a gente vislumbrar um
373 novo formato para esse projeto que possa atender... Não sei...
374 Talvez a um número menor de pessoas, mas que não perdesse essa
375 oportunidade que o Fundo está disponibilizando. **Dra. Maria**
376 **Leinad Vasconcelos Carbogim** - Aqui sobriariam os eventos e a
377 gente não trabalha só com eventos. A gente acha que evento é
378 evento e não tem sustentabilidade, não tem continuidade. Eu acho
379 que talvez amadurecer, compreender... Tem alguma forma de fazer
380 projeto que tenha garantia de sustentabilidade. **Dr. Felipe Gomes**
381 **Cavalcante** - Dentro das diligências que foram enviadas,
382 sugeriram também que aqueles bens que não são custeados pelos
383 recursos do FDID, poderiam ser disponibilizados como
384 contrapartida, até porque inicialmente a locação de salas que

385 vocês tinham como objetivo, ela foi rejeitada e alterada na
386 última reunião deste Conselho. Então, se for possível uma
387 alteração na contrapartida, não seria possível uma nova
388 adequação dentro desses objetos? **Dra. Maria Leinad Vasconcelos**
389 **Carbogim** - Veja bem Felipe, uma coisa que inviabiliza... Você
390 disse assim: a Fundação não paga combustível e a Fundação não
391 pode entrar como contrapartida o combustível. Como é que eu vou
392 me mover num projeto desse, entendeu? De cara vocês cortam a
393 energia. É a minha compreensão. Continuo dizendo: é o meu
394 entendimento. Pode ser que eu ainda não tenha entendido e no dia
395 que eu entender e concordar, eu estarei novamente aqui disposta
396 a colocar. É verdade que não podia combustível e não podia como
397 contrapartida? Então eu vou ficar imóvel porque sem combustível
398 onde é que eu vou inventar? Inviabiliza. **Dr. Marley Cabral**
399 **Coutinho** - Então a Fundação Brasil Cidadão retira... **Dra. Maria**
400 **Leinad Vasconcelos Carbogim** - Retira. **Dr. Marley Cabral Coutinho**
401 - Certo. Passamos ao Tópico Quatro então? A deliberação sobre as
402 solicitações do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente
403 referentes aos projetos "Certificação Praia Limpa e "Manejo
404 Sustentável da Produção Agropecuária". Passo a palavra ao Dr.
405 Felipe. **Dr. Felipe Gomes Cavalcante** - Bem discutindo sobre os
406 projetos que foram aprovados no ano passado: Certificação Praia
407 Limpa e Manejo Sustentável da Produção Agropecuária, devido as
408 formalidades na questão da licitação foi solicitado uma
409 prorrogação de prazo por mais sete meses, vai ter que ser
410 corrigido o ofício até, por diligência da Ivonete, e eu gostaria
411 de submeter a este Conselho sobre a possibilidade da prorrogação
412 da vigência do Termo de Descentralização de Crédito Orçamentário
413 dos projetos referidos. **Dr. Marley Cabral Coutinho** - Fica então
414 aberto o requerimento do CONPAM acerca da prorrogação. **Dra.**
415 **Rimena Alves Praciano** - SESA aprova. Só tive o cuidado de
416 perguntar a Ivonete se estão direitinho os prazos, o período
417 está ok, eu aprovo. **Dr. Marley Cabral Coutinho** - Dra. Stela da
418 SECITECE? **Dra. Stela Silva Ponte Soares** - Também eu aprovo. **Dr.**
419 **Marley Cabral Coutinho** - O representante do PJMA? **Dr. Raimundo**
420 **Batista de Oliveira** - Sim, também. **Dr. Marley Cabral Coutinho** -
421 Certo. A representante do CAOMACE? **Dra. Vanja Fontenele Pontes** -
422 Também voto pela prorrogação. **Dr. Marley Cabral Coutinho** - O
423 representante do DECON? **Dr. Antônio Carlos Azevedo Costa** - Eu
424 acompanho os demais Conselheiros. **Dr. Marley Cabral Coutinho** - A
425 representante da SEFAZ? **Dra. Diana da Cunha Moura** - Eu aprovo a
426 prorrogação. **Dr. Marley Cabral Coutinho** - A representante da
427 SECULT? **Dra. Karine Jucá Moreira** - Aprovo. **Dra. Maria Leinad**
428 **Vasconcelos Carbogim** - Eu me abstenho por não conhecer, tá? É do
429 ano passado não é? Eu não estava aqui. **Dr. Marley Cabral**
430 **Coutinho** - Com sete votos e uma abstenção, ficam aprovadas as
431 prorrogações. **Dra. Maria Leinad Vasconcelos Carbogim** - Não é
432 nenhum revide. É porque eu não estava aqui. **Dr. Felipe Gomes**

433 **Cavalcante** - Não, com certeza. **Dr. Marley Cabral Coutinho** -
434 Passando ao Ponto Quinto - Delibera sobre minuta de Termo de
435 Descentralização de Crédito Orçamentário a ser celebrado entre o
436 FDID/CEG e a Fundação Cearense de Meteorologia. Algum
437 Conselheiro tem alguma ressalva, alguma observação? **Dr. Raimundo**
438 **Batista de Oliveira** - Eu fiz uma pergunta antes a Ivonete, eu
439 queria uma explicação mais detalhada sobre essa descentralização
440 de crédito orçamentário, porque fica muito solto aqui e eu não
441 sou da área, queria uma explicação de como a coisa funciona
442 realmente. Maria Ivonete Batista Albuquerque - Esse Termo de
443 Descentralização de Crédito Orçamentário é para não haver
444 duplicidade de receita na SEPLAG e no órgão que tem a receita.
445 Eu vou dizer como ele é feito aqui na Procuradoria e também em
446 todo órgão do Estado: é baixada uma Portaria dando poderes ao
447 representante do órgão com quem está sendo assinado esse TDCO...
448 Dá direito ao ordenador de despesa, o dirigente do outro órgão,
449 dele agir como se fosse o Dr. Ricardo. O dinheiro do projeto
450 será disponibilizado de acordo com o plano de trabalho
451 apresentado. Ao invés de vir para o Dr. Ricardo autorizar o
452 repasse, ele já autoriza com essa Portaria. Esse acompanhamento
453 é visto pela Gladys que é do setor financeiro. **Dra. Rimena Alves**
454 **Praciano** - O TDCO é uma nova modalidade de transferência de
455 recursos entre órgãos... **Dr. Felipe Gomes Cavalcante** - O órgão
456 executor apresenta um plano de trabalho, o órgão público
457 descentraliza e transfere o recurso para o órgão que vai
458 executar após uma apresentação de prestação de contas. É
459 semelhante ao instrumento de convênio, só que funciona entre
460 órgãos da administração pública. **Dr. Marley Cabral Coutinho** -
461 Então algum outro Conselheiro tem alguma outra ressalva? Eu
462 posso presumir que todos votam pela aprovação da minuta? Então
463 fica aprovada a minuta de Termo de Descentralização de Crédito
464 Orçamentário com a maioria de oito votos. Passando ao Sexto
465 Tópico que a Ivonete me apresentou aqui refere-se a apresentação
466 do material do projeto Certificação Praia Limpa. São vocês? **Dra.**
467 **Maria Amável Sobrinha** - Bom dia a todos, meu nome é Maria
468 Amável, eu sou do CONPAM. Isso aí é um esboço da cartilha que
469 vai ser elaborada dentro desse projeto da Certificação Praia
470 Limpa, para que as pessoas tomem conhecimento do conteúdo dessa
471 certificação que foi criada pela Lei Estadual nº 13.892, do dia
472 31 de maio de 2007, com o intuito de incentivar os municípios a
473 cuidar da gestão da sua praia. Uma boa gestão de praia. Então, a
474 gente está trabalhando uma cartilha que seja ativa também para a
475 população, que atinja a população em geral. Então para isso a
476 gente trabalhou com o formato um pouco atrativo, tentando ser
477 atrativo para as pessoas, e não ser aquele texto seco, menos
478 formal, mas que transmita as informações que eles precisam
479 absorver em relação ao que é essa certificação, qual a
480 importância dela para as nossas praias, não é? Eu acho que todos

481 os Senhores têm ciência dessa certificação, dessa lei, não é.
482 Pelo que eu estou vendo está um pouco desconfigurado, mas é que
483 passa de um computador, de um sistema para outro, mas eu acho
484 que a essência vai valer. Então a pergunta inicial: qual é a sua
485 praia? Qual é a praia que cada um quer ter no seu município?
486 Então o Praia Limpa ele tem uma sistemática. A Certificação
487 Praia Limpa tem uma sistemática de... Este ano nós vamos
488 trabalhar com um questionário de avaliação para a certificação,
489 onde engloba diversas questões que, vamos dizer assim,
490 contribuem... São essenciais para poder dizer que uma praia é
491 limpa o suficiente para receber uma certificação. Então as
492 questões que a gente vai colocar aí são exatamente as questões
493 que serão levantadas pelo questionário de avaliação e será
494 aplicado nas praias que forem inscritas por cada município. Ele
495 tem direito de inscrever para certificação duas praias no máximo
496 ou com uma. Então, as questões que a gente vai avaliar para que
497 essa praia venha a ser certificada estaria no questionário de
498 avaliação... A gente tentou colocar aí as questões por onde
499 passa a certificação. O que a gente vai avaliar: a limpeza da
500 praia, a questão da balnearibilidade, a questão dos sedimentos.
501 Então, é nessa linha que a gente vai iniciando. Qual é a sua
502 praia? Pode ir. Pode passar essa é só a contracapa. A do esgoto
503 despejando sujeiras e doenças, não é? Aí são perguntas que estão
504 sendo colocadas para quem vai pegar as cartilhas. Qual é a praia
505 que você quer para você? A dos dejetos de animais pondo em risco
506 a sua saúde e a de seus familiares? A do mar que está para
507 peixes, ou seja, joga-se lixo dentro do mar e os animais morrem,
508 não é? Vá passando. Está faltando uma foto ali. Não sei por quê.
509 Deve ser... Desconfigurou alguma coisa ali. As das águas
510 contaminadas impróprias para banho? A dos entulhos jogados na
511 areia? O lixo que é levado pela maré para o fundo do mar onde as
512 tartarugas morrem engasgadas, sufocadas por sacos plásticos? As
513 das areias... Desconfigurou gente, por favor. Tem algumas frases
514 que na hora que passou... Sua praia com restos de embarcações
515 encalhadas, enferrujando e contaminando tudo. A gente ver muitos
516 problemas pelas praias, os restos de embarcações. Os urubus. Eu
517 mesma tive a oportunidade de presenciar onde os urubus ficam
518 junto com as pessoas, e é uma praia famosíssima que eu acho
519 maravilhosa que é a Lagoinha. Eu tenho inclusive fotografado. A
520 dos urubus fazendo a festa com a matéria em decomposição que o
521 pessoal deixa restos de peixe e deteriora e contamina tudo. A
522 dos alimentos sem higiene e qualidade que também é uma questão
523 que vai ser levada em conta na certificação. A de cascas na
524 areia pondo em risco a segurança dos banhistas. Pode ir. A sua
525 praia não é lixão e nem é esgoto. É assim bem de impacto mesmo,
526 porque depois de tudo isso talvez dê um choque de realidade para
527 que a gente veja o que pode ser feito. Por isso é necessário
528 cuidar para que a água e areia estejam sempre limpas e o nosso

529 planeta seja seguro e tranquilo. Isso daí também passou porque
530 era da outra página. O que precisa ser feito pelo poder público
531 para que isso aconteça? Aí são as questões que a gente está
532 colocando em termos também de gestão da praia. Gente desculpe-
533 nos é porque nós temos também poucos recursos lá no trabalho
534 para fazer uma arte dessa, e a gente está trabalhando com o
535 próprio *Word*, aliás, é *Br office*. Nós não somos especialistas
536 nessa área gráfica, de computação, não é? Então alguma coisa
537 mistura com a questão de desconfigurar... A gente mandou no CD
538 para os Senhores e eu acho que deve ter aberto em cada
539 computador. Por favor, desculpe-me, mas isso quando chegar na
540 gráfica vai ficar direitinho, mas não temos como fazer milagre
541 com o *Br office*. Pode baixar. Então seria pelo poder público:
542 mantenha a qualidade da praia, promover comunicação... São essas
543 questões que fazem parte do processo de certificação que devem
544 ser levantadas. Eu não sei se está dando para entender. Elaborar
545 e utilizar instrumentos legais e administrativos para gestão da
546 orla, promover a prevenção e segurança para os frequentadores
547 banhistas, garantir a sustentabilidade e proteção dos recursos
548 costeiros. Agora se você puder baixar esse... Não sei se você
549 consegue baixar isso aí. Aí vem cada questão daquela: a
550 qualidade da praia; para promover e manter a qualidade da praia;
551 disposição final de dejetos de forma ambientalmente correta.
552 Isso daí já é a questão da gestão municipal que tem que promover
553 esse tipo de coisa: o sistema de esgotamento sanitário público
554 nas áreas com ocupação humana limítrofe da praia; coleta
555 sistemática e seletiva para os resíduos sólidos; fiscalização e
556 controle de lançamento de afluente *in natura* em rede de drenagem
557 ou nos cursos d'água; norma de circulação e permanência de
558 animais na praia. Em relação às ações para comunicação, educação
559 ambiental e... **Dra. Diana da Cunha Moura** - Dra. Amável, só um
560 pouquinho. Deixe-me situar. Como a minha atuação no FDID só
561 começou agora em 2012, a partir do meio do ano praticamente, eu
562 gostaria de entender. Nós aprovamos um projeto para que fossem
563 feitas cartilhas, não é isso? **Dra. Maria Amável Sobrinha** - É.
564 Cartilhas e banners. **Dra. Diana da Cunha Moura** - Então eu não
565 estou entendendo porque que a cartilha está sendo feita por
566 vocês, e não por uma empresa contratada. **Dra. Maria Amável**
567 **Sobrinha** - Isso daqui é só o esboço, só o boneco que a gente
568 chama. **Dra. Diana da Cunha Moura** - Então esse boneco ainda vai
569 para... **Dra. Maria Amável Sobrinha** - Isso. É por isso que eu
570 disse para vocês: é como se fosse o boneco como a gente chama. O
571 esboço. **Dra. Diana da Cunha Moura** - Ok. Vai para a Casa Civil, a
572 Casa Civil do Governo do Estado, ele tem uma equipe lá que vai
573 ver isso daí. Agora gente, é assim: a gente não manda só o
574 conteúdo solto por que... **Dra. Diana da Cunha Moura** - Não, sem
575 dúvida. Está claro. Era só para eu entender. **Dra. Maria Amável**
576 **Sobrinha** - Não está muito bem porque nós não temos recurso

577 gráfico, de computação gráfica. **Dra. Diana da Cunha Moura** - Tudo
578 bem. Agora ficou perfeito, mas eu sugiro que seja feita uma
579 revisão de língua portuguesa porque eu vi alguns problemas e eu
580 não sei se a Casa Civil fará. **Dra. Maria Amável Sobrinha** - Eles
581 fazem... Eles leem tudo. **Dra. Diana da Cunha Moura** - Então eu
582 acho necessário que passe, porque o público já que vai ser um
583 público que vai ser informado, é necessário. **Dra. Maria Amável**
584 **Sobrinha** - Vai ser feito. Obrigada pela contribuição. Então, até
585 porque Dra. Diana isso daí foi um *stress* tão grande para a gente
586 chegar nisso aqui que provavelmente alguma coisa passou porque a
587 gente não tem domínio desse recurso que é muito limitado para
588 esse tipo de coisa. Quando a gente arruma uma coisa... A Senhora
589 vê é só passar de um computador para outro e desarruma tudo que
590 a gente fez com tanto gosto e tudo, mas é o único recurso que a
591 gente tem para poder pelo menos mostrar como é que vai ser. A
592 intenção da gente é essa: vai ser levado para a casa civil, eles
593 lá vão colocar nos programas adequados e vão fazer o formato
594 adequado para ir depois para a gráfica. **Dra. Rimena Alves**
595 **Praciano** - Vai ser rodado na gráfica ou na imprensa oficial?
596 **Dra. Maria Amável Sobrinha** - Bem, isso aí até o Felipe pode
597 dizer. Eu acho que é... Ele vai dizer porque eu não sei qual é o
598 trâmite, eu não sei, porque aí é outro setor, certo? **Dra. Diana**
599 **da Cunha Moura** - Obrigada. **Dra. Maria Amável Sobrinha** - De nada.
600 Aí tem o outro item que vai ser avaliado. Vamos dizer assim: a
601 comunicação, por exemplo, placas que orientem a população sobre
602 riscos, campanha de educação ambiental, a questão também das
603 placas, Por exemplo, praia do futuro, agora está acontecendo uma
604 ocorrência muito grande de acidentes, de mortes, até de
605 afogamentos por conta das correntes... Uma praia para ser
606 considerada limpa ao ponto de receber uma certificação
607 governamental ela deve ter também esse tipo de preocupação: de
608 orientar os banhistas para eles terem segurança ao tomar banho,
609 saber que tem determinados pontos... Isso daí está colocado
610 também. Aí nós temos outro ponto que é em relação a
611 sustentabilidade e proteção dos ecossistemas costeiros, ou seja,
612 existem áreas na praia com ecossistemas, como: mangues, dunas,
613 falésias e outros que precisam ser protegidos. Então, quais são
614 as políticas que o governo, que a gestão municipal tem que
615 desenvolver para a proteção desse ecossistema? Se lá nessa praia
616 que ele está querendo certificar existe unidade de conservação,
617 de proteção a esse ecossistema, ou se não, como é a política do
618 gestor municipal? A recuperação de áreas também, por exemplo,
619 todos nós conhecemos... Todos os dias vemos na televisão praias
620 e mais praias com processo erosivo muito forte. Então, nesse
621 sentido temos também ações e aí está colocado. Assim, no sentido
622 de que a praia está sendo erosiva. Qual a atitude da gestão
623 municipal no sentido de recuperar a área e minimizar os efeitos
624 desse processo erosivo? Quais as atitudes em relação à ocupação

625 que causa muito processo erosivo? Agrava, inclusive. Recuperação
626 de áreas degradadas seria uma das ações, monitoramento e
627 enfrentamento dos processos erosivos, são as ações do poder
628 público municipal que vão ser avaliadas em relação a praia dele,
629 por exemplo. Vamos dizer que o gestor municipal inscreve a praia
630 de... **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Amável só uma... O meu
631 colega aqui está me perguntando uma coisa e eu estou exatamente
632 tentando esclarecer. Você está apresentando a cartilha, certo? E
633 a questão da Certificação Praia limpa. **Dra. Maria Amável**
634 **Sobrinha** - É porque ela é relativa a Certificação Praia Limpa.
635 **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - A cartilha? Aí eu quero saber o
636 seguinte: e aí eu tenho uma informação privilegiada, e é isso
637 que eu acho que os colegas não estão entendendo, que é: essa
638 Certificação Praia Limpa tem a ver com o Projeto Orla? **Dra.**
639 **Maria Amável Sobrinha** - Ah! Tá. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** -
640 Aquele questionamento do projeto orla? **Dra. Maria Amável**
641 **Sobrinha** - Tudo bem. Eu vou esclarecer porque eu não sabia até
642 que ponto já existia esclarecimento. **Dra. Vanja Fontenele Pontes**
643 - Não, nenhum tem. Só eu tenho essa informação. **Dra. Maria**
644 **Amável Sobrinha** - Desculpe-me. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Eu
645 sou a única que tem essa informação. **Dra. Maria Amável Sobrinha**
646 - É porque ela faz parte do... Então deixa eu parar aqui e fazer
647 e fazer um esclarecimento dos dois projetos. Existem dois
648 projetos: um a nível que é do Governo Federal que é o Projeto
649 Orla que está previsto no plano de gerenciamento costeiro, onde
650 no artigo... Prevê a criação do Projeto Orla que já tem aí para
651 mais de dez anos ou um pouco mais, e é do Governo Federal e atua
652 em toda a costa do Brasil trabalhando uma faixa da praia, do
653 litoral, vamos dizer assim, bem mais restrita do que o próprio
654 gerenciamento costeiro. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Não, mas
655 só para que os colegas entendam porque você diz o seguinte: que
656 vão ser levados para os perfeitos questionamentos a respeito.
657 Eles vão poder inscrever duas praias, e tudo isso coincide com
658 os mesmos requisitos do Projeto Orla que eu conheço. **Dra. Maria**
659 **Amável Sobrinha** - Era isso que eu ia dizer: o projeto orla
660 trabalha numa faixa da praia que é definida, que a gente tem aí,
661 inclusive eu coloco, nós temos aí e eu já esclareço melhor.
662 Existe a definição de orla pelo Projeto Orla que coincide
663 exatamente com o que a gente também está trabalhando na
664 Certificação que é a faixa de praia. São dois projetos
665 diferentes. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - São duas coisas
666 diferentes com os mesmos questionamentos, é isso? **Dra. Maria**
667 **Amável Sobrinha** - Um com o Governo Federal que é para proteger,
668 vamos dizer assim, incentivar o ordenamento do litoral pelos
669 municípios, pelas gestões municipais, e existe a Certificação
670 Praia Limpa que foi criada por uma Lei Estadual de 2007, que é a
671 lei 13.892, que define esse projeto de Certificação Praia Limpa
672 como instrumento também de ordenamento, de incentivo a melhoria

673 da praia, visando também o turismo e o meio ambiente. Eles
674 têm... Esses dois projetos tem uma interface bem clara que é a
675 mesma área de atuação, as mesmas preocupações. Então, o Projeto
676 Orla, ele dentro da sua metodologia é criada, formada uma
677 comissão técnica estadual com apresentação de diversos órgãos do
678 estado, das outras esferas governamentais federal e ongs que
679 trabalham as questões da praia. Essa comissão foi designada para
680 fazer também essa avaliação e essa certificação. A Dra. Vanja
681 que representa o Ministério na CTE - Comissão Técnica Estadual,
682 ela sabe que essa comissão fez toda, agora, essa reformulação de
683 todo o projeto Praia Limpa e que vai fazer a aplicação desses
684 questionários, de toda essa metodologia para chegar na
685 certificação. Então, a interface deles dois é nesses dois
686 valores, nessas duas coisas. A área de interesse é a mesma, as
687 preocupações são as mesmas, e a comissão do Projeto Orla também
688 é a comissão de avaliação da Certificação Praia Limpa. Então,
689 ficou claro? São dois projetos: um a nível federal que é
690 integrado com os municípios do estado, que inclusive tem uma
691 coordenação aqui, tem uma comissão do estado, tem uma comissão
692 técnica e o projeto Certificação Praia Limpa que é uma criação
693 de lei estadual que define inclusive que a certificação praia
694 limpa é um dos pré-requisitos que o governo estadual ele pode
695 usar a certificação praia limpa para conceder ou não
696 empréstimos, recursos. Eles têm isso na sua própria lei. É o
697 art. 1º, se eu não me engano, da Certificação Praia Limpa, que
698 faz essa ressalva. O Governo do Estado pode solicitar o diploma
699 para poder conceder recursos para aplicação na própria área da
700 praia. Então são esses dois. Isso aqui que nós estamos fazendo é
701 uma cartilha que será distribuída a população para que ela
702 entenda o que é uma praia limpa e como é o processo de
703 certificação. Quais são os itens que são levantados para que a
704 gente possa dizer que uma praia está certificada... E aí nós
705 temos as categorias: 3 estrelas do mar, 04 estrelas do mar, 05
706 estrelas do mar. Nós temos a metodologia que chega e define qual
707 a categoria que a praia se enquadra. **Dra. Diana da Cunha Moura** -
708 Ainda surgiu mais uma dúvida. **Dra. Maria Amável Sobrinha** - Pois
709 não. **Dra. Diana da Cunha Moura** - As cartilhas serão distribuídas
710 para as pessoas que frequentam as praias, é isso? **Dra. Maria**
711 **Amável Sobrinha** - Ela será distribuída inicialmente para toda a
712 população. Nós temos diversos eventos que são os seminários de
713 sensibilização, das prefeituras, dos técnicos, o corpo técnico
714 está envolvido com este projeto e com a população também. **Dra.**
715 **Diana da Cunha Moura** - Quantas páginas a cartilha tem? **Dra.**
716 **Maria Amável Sobrinha** - São 20 páginas. **Dra. Diana da Cunha**
717 **Moura** - Vocês acham que assim, porque... A razão de ser de uma
718 cartilha é ela ter facilidade de chegar a todas as pessoas
719 envolvidas em um processo. Então, ela precisa ter uma linguagem
720 muito fácil, de rápida captação pelo cérebro... Ali, recuperação

721 de áreas degradadas resultantes de ação antrópica e/ou natural.
722 Tudo bem, que quem faz uma... Quem não entende o que é antrópica
723 pode pensar: antrópica e/ou natural está se contrapondo a
724 natural, então eu vou entender o que é antrópica. **Dra. Maria**
725 **Amável Sobrinha** - Certo. **Dra. Diana da Cunha Moura** - Mas assim:
726 a população não tem condição de entender esse vocabulário. **Dra.**
727 **Rimena Alves Praciano** - Com licença. Pelo projeto aqui está
728 previsto a realização de um seminário mais... **Dra. Maria Amável**
729 **Sobrinha** - Isso. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Mais quantos? Um
730 na região metropolitana, dois no litoral leste, mais duzentas
731 oficinas não sei aonde... Então as cartilhas, eu penso que serão
732 distribuídas nos eventos. **Dra. Maria Amável Sobrinha** - É isso
733 que eu disse. O alvo mesmo como eu falei são os eventos que a
734 gente vai promover junto a população, mas assim, a população não
735 como um todo, não a massa, as pessoas do município que vão
736 participar dos seminários e das oficinas também, pois nós
737 teremos oficinas. Inicialmente, são para pessoas que já têm um
738 certo conhecimento das questões ambientais. Não é tão verde
739 assim. Mas ela pode, eventualmente, ser distribuída nas
740 prefeituras também e que ela possa... **Dra. Diana da Cunha Moura**
741 - Assim, a minha preocupação é a seguinte: a cartilha ela tem
742 que ser acessível. O grupo tem que avaliar se a cartilha está
743 acessível para o público que foi eleito. Aí eu acho necessário
744 que vocês façam essa análise. **Dra. Maria Amável Sobrinha** -
745 Certo. Porque a gente está prevendo que nós vamos ter um público
746 nas oficinas e nos seminários e está previsto que são pessoas
747 que trabalham junto ao Projeto Orla e junto ao Projeto Praia
748 Limpa nas prefeituras, nas ongs... **Dra. Rimena Alves Praciano** -
749 Quando nós aprovamos esse projeto, a gente automaticamente
750 aprovou as cartilhas e, eu penso, salvo engano, e a Senhora me
751 ajude, o que a gente tem que aprovar aqui é ver essa questão da
752 logomarca, da frase obrigatória da divulgação e não o conteúdo
753 das cartilhas. Não sei se eu estou correta no meu raciocínio.
754 **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Eu acho que sim, até porque o
755 projeto já está aprovado. Ele já foi aprovado por este Conselho
756 o ano passado. **Dr. Felipe Gomes Cavalcante** - E está em vias de
757 execução. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - É. Eu tenho a impressão,
758 o que não impede, por exemplo, que faça uma correção como foi
759 colocada aqui pela Diana. **Dra. Maria Amável Sobrinha** - Muito bem
760 vinda inclusive. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - A questão da
761 ortografia, a questão do vocabulário, porque a gente sabe que o
762 público que vai se utilizar dessa cartilha, e eu acho que na
763 época eu disse, eu não estou lembrada, mas eu acho que eu disse
764 que eu não gosto muito de cartilha porque geralmente ela é
765 descartada. Quando ela não tem a... Ela é muito fácil de ser
766 ignorada e descartada. Eu acho que eu devo ter dito isso aqui na
767 época da aprovação desse... **Dra. Rimena Alves Praciano** - A
768 Senhora foi a relatora, e eu me lembro da Senhora ter dito isso

769 no início da sua relatoria. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** -
770 Exatamente. Eu não gosto, não faz a minha... Por isso é que eu
771 perguntei sobre o Projeto Orla. Não me convence de que isso seja
772 um instrumento do qual se obtenha resultados, não é? Eu devo ter
773 dito isso. Mas foi aprovado. Se foi aprovado, o que é que nos
774 cabe agora? É verificar se o instrumento ao qual o recurso se
775 destina, se ele está sendo efetivado. E o momento aqui é de fato
776 de fazer algumas correções como foram colocadas e aguardar a
777 execução disso agora. E eu acho que a Rimena tem razão quando
778 ela coloca que não nos cabe mais discutir o conteúdo, não é? O
779 conteúdo realmente está a cargo do CONPAM, e a gente espera que
780 realmente ele atinja o objetivo a que se propõe. Quando eu
781 perguntei do Projeto Orla foi porque eu estava confundindo, viu
782 Amável? Que o Projeto Praia Limpa... Porque tem as
783 características muito semelhantes do Projeto Orla. Esse sim, eu
784 acho que é política pública porque eu vou perguntar ao prefeito
785 se ele tem determinado regramento ou por meio de controle que
786 ele faz através da sua fiscalização ou através da própria lei,
787 da edição da própria lei. E o prefeito que não tem, ele tem uma
788 pontuação minorada, e essa pontuação vai forçá-lo a procurar se
789 instrumentalizado dos meios, das regras e do que for que seja
790 para poder melhorar o seu desempenho. É por isso que eu fiz a
791 pergunta, até porque do jeito que no Projeto Orla se inscreve
792 duas praias, duas áreas, também no Certificação Praia Limpa tem.
793 E o colega estava aqui me perguntando e eu disse: eu acho que é
794 o Projeto Orla. **Dra. Maria Amável Sobrinha** - É porque eles dois
795 são projetos diferentes, e como eu disse, eles têm uma interface
796 muito forte. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Mas eu concordo que
797 não nos cabe examinar o conteúdo, até porque fomos nós, se eu
798 não me engano, que pedimos a apresentação dessa cartilha, mas a
799 cartilha em si ela já está aprovada desde o ano passado. **Dra.**
800 **Maria Amável Sobrinha** - Pois é. Aí infelizmente não está sendo
801 muito boa a apresentação porque desconfigura. Baixe aí só para a
802 gente... As questões relativas à preservação e segurança para os
803 frequentadores banhistas são questões que... O disciplinamento
804 dos esportes radicais é sinal de que hoje em dia é muito
805 sério... **Dr. Marley Cabral Coutinho** - Com licença. É só uma
806 dúvida Dra. Vanja? O que foi aprovado foi esse material ou foi
807 outro? **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Eu não me lembro agora. **Dr.**
808 **Marley Cabral Coutinho** - Esse material ainda vai ser submetido
809 a... **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Aprovado a elaboração da
810 cartilha. Então a elaboração da cartilha fica a cargo do CONPAM.
811 E quando isso foi... Eu preciso resgatar as atas, não é? E aí eu
812 me lembro de que alguém mencionou que precisava da apresentação
813 dessa cartilha aqui. Maria Ivonete Batista Albuquerque - Tem na
814 legislação que todo o material produzido para ser impresso deve
815 passar pelo Conselho para aprovação. **Dra. Vanja Fontenele Pontes**
816 - É, não é? Então quem mencionou, mencionou em função disso.

817 **Dra. Maria Amável Sobrinha** - Inclusive a gente mandou... **Dra.**
818 **Vanja Fontenele Pontes** - Olha ela tem tudo. **Dra. Rimena Alves**
819 **Praciano** - Não é da Ivonete. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - A
820 Ivonete. Bom, aqui o item... **Maria Ivonete Batista Albuquerque** -
821 Da Resolução 10. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - É essa Resolução
822 que está aqui. E aí o item 4.1.9 diz: "fazer menção a
823 participação do FDID em qualquer divulgação sobre o projeto
824 apoiado com a inclusão do seguinte texto: Este projeto é apoiado
825 com recursos oriundos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do
826 Estado do Ceará instituído pela Lei complementar nº 46..."
827 Pronto. Se está aí nesta cartilha essa menção, não é? **Dr. Marley**
828 **Cabral Coutinho** - Após a apresentação submeteremos a aprovação o
829 material. **Dra. Rimena Alves Praciano** - O Ministério da Educação
830 aprovou uma cartilha... (sem áudio) **Dr. Marley Cabral Coutinho** -
831 E a questão é também o que a Dra. Diana falou. A questão de
832 tantas observações, quer dizer, será que o material está apto a
833 ser ... **Dra. Maria Amável Sobrinha** - É mais isso daí ainda vai
834 passar pela Casa Civil que faz toda a correção. **Dr. Marley**
835 **Cabral Coutinho** - Mas antes mesmo da Casa Civil? **Dra. Maria**
836 **Amável Sobrinha** - É, ele vai para a Casa Civil do Governo do
837 Estado e eles fazem todas as correções de ortografia, e isso
838 daqui foi feito... Foi um *stress* para ser feito porque a gente
839 não tem o sistema. Como vai para lá e eles olham toda essa
840 parte, até como é colocada a logomarca e a disposição que tem
841 uma regra que é: o Governo do Estado é a direita, e tudo isso
842 eles esmiúçam e às vezes eles fazem até uma outra proposta de
843 formato. Então, é uma coisa que a gente se propõe a fazer
844 sabendo que vai passar... Às vezes até sabendo que a última
845 palavra é dele em termos até de *design*, de diagramação. Isso aí
846 é preliminar para a gente colocar o conteúdo que precisa
847 aparecer, seja qual for o formato que eles deem lá. É assim que
848 funciona. Vai para lá e a gente espera o resultado deles lá. **Dr.**
849 **Raimundo Batista de Oliveira** - Senhor Presidente, eu não sei se
850 é oportuno ou se... Mas já que essa cartilha quando já
851 preparada, quando confeccionada, submetesse ao Conselho, e aí a
852 gente veria se vem com esse logotipo, com essas determinações e
853 aí aprovaríamos ou não. **Dr. Marley Cabral Coutinho** - O material
854 já pronto? **Dr. Raimundo Batista de Oliveira** - Não, o modelo.
855 **Dra. Rimena Alves Praciano** - o boneco. **Dra. Diana da Cunha Moura**
856 - Antes da Casa Civil mandar rodar. É isso? **Dr. Raimundo Batista**
857 **de Oliveira** - Antes de mandar rodar. **Dra. Maria Amável Sobrinha**
858 - É a gente pode pedir para eles. Felipe eles mandam para a
859 gente antes de rodar? Eu não sei esse processo. **Dr. Felipe Gomes**
860 **Cavalcante** - Não. O procedimento é normal. **Dra. Maria Amável**
861 **Sobrinha** - Esse procedimento aí eu não sei muito bem como é. **Dr.**
862 **Felipe Gomes Cavalcante** - Eles mandam normalmente através de e-
863 *mail* o material final para uma análise final. **Dr. Raimundo**
864 **Batista de Oliveira** - Nessa hora submeteria a apreciação do

865 Conselho para deliberar a respeito. Porque digamos que saia sem
866 essa apreciação e esse item 4.1.9 não seja cumprido? **Dra. Maria**
867 **Amável Sobrinha** - É melhor porque eles já vão mandar o material
868 definitivo e eles têm todos os recursos. Eles têm uma equipe
869 para isso lá. É uma equipe preparada para fazer isso. **Dr. Marley**
870 **Cabral Coutinho** - Eu estou com uma dúvida aqui. Esse material
871 então não foi entregue aos Conselheiros? Vocês não tiveram tempo
872 de examiná-lo? **Dra. Maria Amável Sobrinha** - Nós mandamos um CD
873 para cá. **Maria Ivonete Batista Albuquerque** - O material me foi
874 entregue sexta-feira, mais ou menos às dez horas da manhã e eu
875 tentei passar para os Conselheiros, mas como é muito pesado o
876 arquivo, porque tem muita foto, ele não foi. **Dr. Marley Cabral**
877 **Coutinho** - Não seria melhor que os Conselheiros tivessem tempo
878 para... Ou vocês querem aprovar já? **Dr. Raimundo Batista de**
879 **Oliveira** - Eu quero ver a cartilha. Eu sou do mato, eu não vejo
880 computador não. Eu gosto de ver aqui na minha mão. **Dra. Maria**
881 **Amável Sobrinha** - Não tem problema. Eu espero que a própria Casa
882 civil já mande no formato mais definitivo, porque eles têm uma
883 equipe que vive disso. É uma equipe, uma empresa de comunicação
884 gráfica que tem todos os recursos que nós não temos. **Maria**
885 **Ivonete Batista Albuquerque** - Antes de mandar rodar, não é? **Dra.**
886 **Maria Amável Sobrinha** - Isso. Seria interessante que quando
887 viesse de lá, já no formato definitivo, que a gente pudesse
888 apresentar para os Senhores porque era melhor, porque aqui vocês
889 viram a dificuldade. Desconfiguração no sistema e tudo. **Maria**
890 **Ivonete Batista Albuquerque** - Mas teria que ser rápido por conta
891 dos... **Dra. Maria Amável Sobrinha** - Nós não temos ingerência
892 sobre a... A gente manda e alguém fica ligando, mas assim, eles
893 têm o tempo deles lá, a gente não tem ideia de exatamente quanto
894 tempo, não é Felipe? A gente não tem como garantir a data. **Maria**
895 **Ivonete Batista Albuquerque** - Porque aqui no novo plano de
896 trabalho está agosto e setembro. Então teria de ser nesses dois
897 meses. **Dra. Maria Amável Sobrinha** - É a previsão que a gente
898 quer que aconteça para começar a fazer esse trabalho. **Dr. Felipe**
899 **Gomes Cavalcante** - E seria interessante, viu Amável, na hora do
900 contato com a Casa Civil reforçar que esse material ainda vai
901 passar pela análise desse Conselho. **Dra. Maria Amável Sobrinha** -
902 A gente manda com esse lembrete, de que tem que voltar para o
903 FDID para ser revisto, que aí pode ser que eles corram um pouco.
904 **Dr. Marley Cabral Coutinho** - Há mais? Pode prosseguir. **Dra.**
905 **Maria Amável Sobrinha** - Bem, vamos dar uma passada a mais nas
906 questões, mas daí a gente mostra os *banners* para vocês terem
907 ideia mais ou menos de como são. Aí a questão aqui que a gente
908 introduz é exatamente a questão do orla, por exemplo, o plano de
909 gestão, os instrumentos de gestão ambiental que eu falei. Bom,
910 federal, por exemplo, a Lei do Meio Ambiente, política nacional
911 do meio ambiente, o gerenciamento costeiro e depois do
912 gerenciamento costeiro, o Projeto Orla que está lá em baixo. E

913 aqui a nível estadual nós temos: certificação praia limpa que é
914 aquela lei que eu falei nº 13.892/07. Aí seria mais ou menos o
915 arranjo institucional onde elas se colocam. Agora está tudo
916 confuso porque desconfigurou aí. Se ele for tentar mexer aí não
917 vai dar certo de jeito... É isso aí. Não sei se vocês têm em
918 *Office* ou em *Word*. Aí vai exatamente para as pessoas o que é
919 Certificação Praia Limpa, que aí tem a definição de Certificação
920 Praia Limpa que é o objetivo dela, não é? Consiste no selo de
921 qualificação ambiental aos municípios que aderiram ao programa,
922 que ao serem avaliados apresentam as condições de limpeza,
923 segurança e conservação das praias do município exigidas pelo
924 programa dentro dos critérios estabelecidos. Esse é o
925 Certificação Praia Limpa. Aí nós mostramos as praias que nós
926 temos para essa certificação tanto do Projeto Orla como para
927 Certificação Praia Limpa nós temos vinte municípios que têm
928 contato, que realmente têm orla. Tem muito mais costeiro, mas
929 municípios do Projeto Orla só são considerados os municípios que
930 têm contato com praia. Você vê Eusébio, por exemplo, o município
931 todo mundo sabe que é costeiro, mas ele não tem praia, então ele
932 não entra no projeto Praia Limpa e nem no projeto Orla.
933 Pindoretama também não. Não tem contato apesar de... **Dra. Stela**
934 **Silvia Ponte Soares** - Ali também não tem a praia do presídio.
935 **Dra. Maria Amável Sobrinha** - É porque nesse aí tem quase todas,
936 mas... **Dr. Felipe Gomes Cavalcante** - Presídio não é município, é
937 distrito de Aquiraz. **Dra. Maria Amável Sobrinha** - Presídio é
938 Aquiraz. Pronto são os vinte municípios que compõem a orla. Aqui
939 o que é o Projeto Orla: ordenamento dos espaços litorâneos
940 aproximando as políticas ambientais e patrimonial com ampla
941 articulação nas três esferas do Governo. Projeto Orla e Projeto
942 Praia Limpa... Aí é onde eu digo que tem essa interface, ou
943 seja, ele tem uma comissão que faz o julgamento. É uma área que
944 tem toda a mesma área de atuação, que é a praia. Bem, o que é
945 orla? A definição de orla, que é essa área que tem contato, fica
946 até onde vai o contato com a água e onde começa o outro... É a
947 preamar. É onde começa o outro ecossistema. É a área que é
948 banhada pela maré, até onde começa o outro ecossistema. A última
949 página tem as três logomarcas que são: a logomarca da
950 Certificação, essa aqui a do FDID e a do Governo do Estado. Aí
951 eles vão dar a dimensão e a localização de como elas vão ser
952 ordenadas de acordo com os critérios, regras, lá no governo.
953 Pronto, é só isso... **Dra. Diana da Cunha Moura** - Só um minutinho
954 que eu me lembrei, na primeira página, por favor, a Senhora
955 pode... **Dra. Maria Amável Sobrinha** - Pois não. **Dra. Diana da**
956 **Cunha Moura** - Pronto. Como foi pego uma imagem da *internet*, ela
957 está ali com uma palavra em inglês. Aterro em inglês é *landfill*.
958 Seria bem interessante tirar. **Dra. Maria Amável Sobrinha** - Pode
959 crer. Lá eles vão tirar, pois tem recursos para isso. **Dra. Diana**
960 **da Cunha Moura** - Para vocês pedirem para ser tirada. **Dra. Maria**

961 **Amável Sobrinha** - Eles vão fazer inclusive essa coisa toda das
962 imagens. Eles têm todo esse cuidado aí. Para a gente tirar é
963 mais complicado. **Dr. Marley Cabral Coutinho** - Sim, mas então, os
964 Conselheiros vão querer receber o material para examinar? **Dra.**
965 **Diana da Cunha Moura** - Sim. **Dra. Maria Amável Sobrinha** - Tem os
966 *banners*, vocês querem dar uma olhada rápida? **Dr. Marley Cabral**
967 **Coutinho** - A Secretaria providenciará então a disponibilização
968 do material aos Conselheiros. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - A
969 gente dá uma olhada logo. **Dra. Maria Amável Sobrinha** - Aí você
970 pode ir abrindo os *banners*, por favor. Aumente aí. Qual é a
971 frase? **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Não tem a frase não. **Dra.**
972 **Maria Amável Sobrinha** - Projeto Orla, aí é a definição que a
973 gente já colocou para vocês o que é o Projeto Orla, o que é
974 orla. Dá para ver direitinho o que é orla. É a área de contato
975 imediato terra/mar tendo os seguintes limites:... Aí é a mesma
976 figura já no *banner*. Aqui são os municípios que compõem a orla
977 marítima, e ali é o Projeto Orla. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** -
978 Mas o que a Rimena está perguntando... Ela está querendo é uma
979 obrigação que está no projeto, que eu li até agora. Por favor,
980 Rimena, leia aí a obrigação? Ivonete, por favor, leia aí qual é
981 a obrigação. **Dra. Rimena Alves Praciano** - É esta frase aqui.
982 **Dra. Maria Amável Sobrinha** - Bem, essa era a que estava lá com a
983 marca do FDID. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Não é só a marca,
984 Amável. Não é só a marca. **Dra. Maria Amável Sobrinha** - Tem que
985 ter a frase. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Tem que ter a marca e
986 esta frase que está aqui. **Dr. Raimundo Batista de Oliveira** - É
987 esta: "Este projeto é apoiado com recursos oriundos do Fundo de
988 Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará, instituído pela
989 Lei Estadual Complementar nº 46, de 15 de julho de 2004". **Maria**
990 **Ivonete Batista Albuquerque** - Está na Resolução nº 10/2005, no
991 art. 4º, que é das obrigações. No subitem 4.1.9. **Dra. Maria**
992 **Amável Sobrinha** - Tudo bem. A gente pode colocar junto a
993 logomarca ou tem que ser embaixo... Passe para a gente para
994 passarmos para a Casa Civil. A gente já mandou a logomarca e
995 vocês receberam, não é? Então é só colocar em baixo essa frase.
996 Passe... **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - Vocês têm na Resolução.
997 Vocês têm. **Dra. Maria Amável Sobrinha** - Ah! Na Resolução. Está
998 certo. A gente pega lá. **Dra. Vanja Fontenele Pontes** - 4.1.9.
999 **Dra. Maria Amável Sobrinha** - Tudo bem, a gente pega lá, não é
1000 Felipe? **Dr. Marley Cabral Coutinho** - Então os Conselheiros
1001 receberão esse material para deliberação na próxima sessão? **Dra.**
1002 **Stela Silvia Ponte Soares** - Os *banners*? **Dr. Marley Cabral**
1003 **Coutinho** - Próxima sessão? **Dra. Maria Amável Sobrinha** - É um
1004 *banner* do Projeto Orla que a gente está usando ele na
1005 horizontal, utilizando dois *banners* para fazer a divulgação,
1006 inclusive da metodologia das oficinas que a gente vai realizar
1007 que são inerentes ao Projeto Orla que a gente vai trabalhar.
1008 Isso daí seria a oficina 2 do Plano de Gestão Integrada que e um

1009 instrumento de planejamento do projeto orla que a gente vai
1010 elaborar nas oficinas que estão previstas pelo FDID. Tem outra
1011 também. Pode passar o outro. Aí são os municípios do litoral
1012 leste e oeste. Os municípios e as praias. Visualizar a praia.
1013 Está dando para entender? É o *banner* relativo as etapas da
1014 metodologia da oficina 1 do Projeto Orla que nós vamos elaborar
1015 também no projeto do FDID. Vamos realizar, aliás. São dez
1016 oficinas. Cinco dessa etapa e cinco da outra etapa. Todos os
1017 passos que são dados nas oficinas são seguidos pela comunidade
1018 que elabora o seu próprio plano de gestão. Então, ele vai ficar
1019 como um painel para orientar nas oficinas, inclusive cada etapa
1020 delas. Na hora que estiver dizendo daquela etapa a gente prega
1021 alguma tarja facilitando o processo didático de aprendizagem. Aí
1022 são as categorias de premiação da certificação. Como eu falei,
1023 dependendo da categoria, dependendo da nota, porque existe uma
1024 nota de corte que vai de 0 a 10, aliás, de 0 a 100. Então, de 0
1025 a 90 para o questionário de avaliação das condições da praia, e
1026 de 0 a 10 para a questão da gestão da própria prefeitura. Porque
1027 a gente pensa que é assim: uma praia para ser considerada
1028 certificada ela deve apresentar condições reais. Então, a gestão
1029 é muito importante, mas o peso dela nessa hora é menor. É só 10,
1030 porque a gente entende que a praia naquele instante ela tem que
1031 está excelente. A gente não pode certificar pela intenção do
1032 prefeito em fazer... É bom que agora ele tem um incentivo...
1033 Essa nossa certificação é de dois anos. Elas são certificadas
1034 pelas condições que são apresentadas, que são levantadas na
1035 hora. Agora para dar incentivo a gestão, a gente coloca que ela
1036 vai beneficiar ou não na hora do enquadramento das categorias.
1037 Porque é assim: na hora em que for avaliada a praia e ela tirar
1038 uma nota 70, ela está certificada. Agora quem vai dizer em qual
1039 categoria, vai ser a nota da gestão dele, porque aí ele pode ter
1040 três estrelas ou quatro estrelas. Agora, as cinco estrelas é uma
1041 categoria que só pode alcançar quem tiver 100 em tudo. Pode ser
1042 um milagre, mas o que queremos é que as pessoas persigam alguma
1043 coisa, por exemplo, se você colocar um intervalo de 90 a 100,
1044 quem tirar 90, 91, pronto, ele vai estagnar naquilo e não vai
1045 procurar... É uma forma de incentivo e a gente sabe que
1046 provavelmente chegar a 100% (cem por cento) vai ser difícil, mas
1047 a gente não pode também dizer que uma praia está cinco estrelas
1048 quando ela apresenta lixo não se aonde... Nós já fizemos
1049 também... Já foi feita uma certificação... **Dra. Diana da Cunha**
1050 **Moura** - Qual é o estado modelo no Brasil? **Dra. Maria Amável**
1051 **Sobrinha** - O estado no Brasil? Eu acho que lá para o Sul, mas
1052 certificação assim, ninguém conhece outra certificação, a não
1053 ser a bandeira azul que é internacional. Eu acho que essa nossa
1054 é pioneira. Mais é o ideal. Os 100% (cem por cento), o cinco
1055 estrelas que é para ser perseguido. Pronto. Estrela do mar.
1056 Certificação estrela do mar. Pronto. Acho que faltam só uns

1057 dois. Aí é o conceito, o objetivo e o pré-requisito. Mais uma
1058 coisa referente ao Projeto Orla que é pré-requisito para
1059 inscrição no Certificação Praia Limpa é a adesão ao Projeto
1060 Orla, ou seja, um ajudando o outro. Um projeto ajudando o outro.
1061 Às vezes o prefeito não tem interesse de se inscrever, de
1062 aderir, e é muito importante em termos de política pública, é
1063 uma forma de... E as questões a serem avaliadas que são aquelas
1064 que eu falei: qualidade da praia, sustentabilidade e proteção
1065 dos ecossistemas, prevenção e segurança para os frequentadores
1066 banhistas, higiene sanitária e segurança alimentar, comunicação,
1067 educação ambiental e sensibilidade, instrumentos legais e
1068 administrativos existentes no município que incidam sobre a
1069 qualidade da praia. São esses aí. É um resumo bem... Na dá para
1070 fazer um *banner* como muita coisa de uma vez. Então, são essas as
1071 questões fundamentais de conceitos, de... Vê se ainda tem algum
1072 para continuar apresentando. Acho que não tem. Acho que é isso
1073 aí. Qualquer dúvida a gente está aqui e esclarece. **Dr. Marley**
1074 **Cabral Coutinho** - Todos estão de acordo? O material será
1075 distribuído para... Pelo meio que o Conselheiro preferir. **Dra.**
1076 **Diana da Cunha Moura** - Pronto, mas eu acho necessário esclarecer
1077 o momento. Ela termina de preparar o material, manda para a Casa
1078 Civil, após a Casa Civil fazer o boneco definitivo, nós vamos
1079 analisar. **Dra. Maria Amável Sobrinha** - Certo. Para a gente está
1080 ótimo. **Dr. Marley Cabral Coutinho** - Qual seria o momento, não é
1081 isso? **Dra. Diana da Cunha Moura** - Sim, assim que o CONPAM
1082 receber o material da Casa Civil dizendo que o boneco é esse e
1083 passando pela análise do CONPAM ele submete ao Conselho, não é
1084 isso? **Dr. Marley Cabral Coutinho** - Pelo que eu entendi seria
1085 antes, não? Antes de ir para a Casa Civil? **Dr. Raimundo Batista**
1086 **de Oliveira** - Antes de ser rodado. **Dra. Maria Amável Sobrinha** -
1087 Com certeza. **Dra. Diana da Cunha Moura** - Não, antes de ser
1088 rodado, mas a Casa Civil... **Dra. Rimena Alves Praciano** - Não, já
1089 é o final. **Dra. Maria Amável Sobrinha** - Com certeza. O final,
1090 pois aqui é só o esboço. **Dra. Rimena Alves Praciano** - Estando
1091 pronta a arte final a Senhora já traz para o Conselho. **Dra.**
1092 **Maria Amável Sobrinha** - Tranquilo. Muito bom. Acho que está
1093 satisfazendo a todos também. Obrigada pela paciência e desculpe
1094 pelas falhas da desconfiguração. **Dr. Marley Cabral Coutinho** -
1095 Então encerrado este ponto, faculto a palavra aos Conselheiros
1096 ou posso dar por encerrada? Então dá-se por encerrada a 72ª
1097 Reunião Ordinária deste Conselho, bom dia a todos.

Marley Cabral Coutinho
Vice-Presidente do CEG/FDID

ATA DA 72ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEG/FDID

DATA: 13 de agosto de 2012

LOCAL: Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Estado do Ceará.

Felipe Gomes Cavalcante

Conselheira - **CONPAM**

Stela Silvia Ponte Soares

Conselheira - **SECITECE**

Rimena Alves Praciano

Conselheira - **SESA**

Raimundo Batista de Oliveira

Conselheiro - **PJMA**

Vanja Fontenele Pontes

Conselheira - **CAOMACE**

Antônio Carlos Azevedo Costa

Conselheiro - **DECON**

Diana da Cunha Moura

Conselheira - **SEFAZ**

Karine Jucá Moreira

Conselheira - **SETUR**

Maria Leinad Vasconcelos Carbogim

Conselheira - **FBC**